

# Políticação da desinformação sobre a população indígena na agência digital de checagem Lupa

*Politicization of fake news about the indigenous people in the checking agency Lupa*

Allysson Martins<sup>1i</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7805-6512>

Recebido em: 03/09/2024. Aprovado em: 09/12/2024.

## Resumo

As informações que circulam nas redes sociais digitais, por vezes, são mentirosas e atingem grupos vulnerabilizados, como os indígenas. Para entender as informações falsas sobre os povos originários brasileiros, avaliamos as *fake news* checadas pela agência Lupa. De 2018 até 2023, foram 36 com foco nos povos originários, com apenas três sem a etiqueta “Falso”, mas ainda assim contribuindo para a desinformação. A fala de políticos e apoiadores de extrema-direita evidenciou as mentiras sobre os indígenas, com a políticação observada indiretamente em 2 mentiras e diretamente em 28 *fake news*, 24 atacando a esquerda e 4 o espectro da direita.

**Palavras-chave:** fake news; desinformação; povos indígenas.

## Abstract

The information circulating on digital social networks is sometimes false and affects vulnerable groups, such as indigenous people. To understand false information about indigenous Brazilian people, we evaluated the *fake news* checked by the Lupa agency. From 2018 to 2023, 36 *fake news* focused on indigenous peoples, with only three without the “False” label, but still contributing to disinformation. The speech of far-right politicians and supporters highlighted the lies about indigenous people, with politicization observed indirectly in 2 lies and directly in 28 *fake news*, 24 attacking the left and 4 the right.

**Keywords:** fake news; misinformation; indigenous people.

## 1 Introdução

Com o espalhamento de informações na internet, sobretudo nas redes sociais, a desinformação se mostrou um fenômeno social que precisa ser combatido, principalmente porque não se reduz a fixar informações mentirosas na mente das pessoas, mas ainda por estimular ações danosas, física ou virtualmente, perpetradas por esses indivíduos que acreditam na fraude. Esse embate tem sido feito diretamente pela própria tecnologia, por meio da exclusão de conteúdos ou da sua notificação, além do estabelecimento de leis visando ao enfrentamento de algo ainda impreciso como as *fake news* e até do letramento

<sup>1</sup> Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: [allyssonviana@unir.br](mailto:allyssonviana@unir.br).



mediático, por meio de iniciativas de aprendizagem para identificar informações mentirosas. Outra forma de combate é a própria disseminação de informações verdadeiras realizada de forma constante, advindo desde organizações jornalísticas até grupos vítimas das *fake news*, sobretudo com auxílio e alcance das redes sociais digitais.

O problema tem sido enfrentado também a partir da constante verificação de informações, realizada pelas agências de checagem de fatos, que se proliferam em ambientes digitais, sobretudo em sites, com alguns vinculados às empresas jornalísticas tradicionais (Teixeira; Martins, 2020). Em tempos de descrédito e constantes ataques, contrariamente, não só o trabalho dos jornalistas ganha relevância, como também o das agências que empregam, ainda assim, técnicas jornalísticas (Eichler; Kalsing; Gruszynski, 2018; Gruszynski et al., 2020; Silva; Melo, 2020). O problema, entretanto, não é apenas a quantidade de *fake news* que se propaga, mas a crença nela e a descrença no jornalismo.

É quase consenso que a desinformação empreendida pelas *fake news* se prolifera quando o jornalismo diminui sua credibilidade e sua exclusividade como instituição de referência para produção e circulação de informação (Eichler; Kalsing; Gruszynski, 2018; Silva; Melo, 2020; Spinelli; Santos, 2018). Os produtores e propagadores de *fake news*, de modo quase paradoxal, baseiam-se nessa instituição para que adquiram mais credibilidade ou, pelo menos, diminuam a dos profissionais. Para garantir que a mentira seja confiável, os conteúdos se alinham à crença e aos valores dos consumidores (Gruszynski et al., 2020; Teixeira; Costa, 2020; Roxo; Melo, 2018) e a disseminação parte, muitas vezes, de figuras de confiança, como amigos e parentes, atingindo cada vez mais quem já está alinhado, tendo em vista os filtros das redes sociais. Esses materiais buscam ainda replicar depoimentos e testemunhos, legitimando-se pela perspectiva em primeira pessoa, mesmo que fictícios, editados digitalmente ou manipulados para descontextualização (Fernandes; Oliveira; Gomes, 2019; Demuru; Fehine; Lima, 2021).

A nossa intenção, no entanto, não é focar no impacto das *fake news* sobre os interatores das informações imprecisas, mas no processo de produção empreendido para combatê-las pelas agências de checagem de fatos, pois os impactos da desinformação vão além da confusão entre o que é mentira ou verdade. As *fake news* conseguem alterar a conduta das pessoas, culminando até em violência física, como o *pizzagate*, caso do atirador que invadiu uma pizzaria por acreditar que ela abrigava uma rede de pedofilia, durante a campanha presidencial dos EUA em 2016 (Meneses, 2018; Tandoc Jr.; Lim;



Ling, 2017). No Brasil, essas mentiras podem até causar o genocídio dos povos originários – ainda que indiretamente, como no caso Yanomami abordado mais à frente – com conivência de uma população que foi desinformada (por compreendermos o silenciamento também como integrante do processo da desordem informacional) e desinteressada por suas causas – que também são nossas – e até pela manutenção da sua cultura e, em última instância, vida.

O objetivo da nossa pesquisa é apresentar resultados sobre como um grupo vulnerabilizado tem sido alvo sistemático de mentiras e de que forma elas são desmentidas pela agência de checagem brasileira, Lupa, especialmente no contexto em que houve ascensão de políticos de extrema-direita. A relação dos indígenas com as *fake news* é pouco explorada, embora eles estejam cada vez mais inseridos nas redes sociais digitais, onde a desinformação circula. Apesar de o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro não atender as demandas indígenas, muitas vezes desconsiderando os seus modos de vida e sua importância para nossa sociedade, é possível observar que as checagens nas agências em torno dos povos originários aconteceu, ainda que em pouca quantidade, a partir da sua primeira campanha, em 2018, e também durante o seu governo, mesmo que desde 2020 o foco esteja na pandemia da covid-19 (Martins; Teixeira, 2023; Teixeira; Martins, 2020). O silenciamento dos indígenas parece ter acontecido, portanto, não apenas na ausência de políticas públicas e ações necessárias para sobrevivência desses povos e de suas culturas e modos de vida, como veremos a seguir, mas até nos discursos dele e de seus adversários em campanha.

Ainda assim, esse contexto nos fez observar que a Lupa, desde sua criação, começou a dedicar as checagens sobre os povos originários a partir da chegada da extrema-direita ao poder. Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo geral é verificar quais são os padrões das *fake news* e do fact-checking em relação à desinformação propagada sobre os povos originários brasileiros e avaliada pela agência digital de checagem Lupa, analisando ainda o que foi dito pelos indígenas envolvidos na mentira, em caso de manifestação pública ou nas checagens. Para a pesquisa geral, analisaremos as *fake news* elas mesmas e os modos de análise das agências. Neste primeiro momento, isto é, para este artigo, o foco está apenas nas *fake news*, considerando somente a frequência que aparecem e as temáticas relacionadas aos povos indígenas, citando ainda quais etiquetas a agência de checagem utilizou nas informações avaliadas.

A metodologia adotada foi a de enquadramento midiático, em que a realidade e os acontecimentos são percebidos através de esquemas específicos de interpretação, elaborados por aqueles que produzem a informação, ainda que estes também sejam afetados por outros enquadramentos. O enquadramento é observado também em aspecto de subtexto da mensagem, ao “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto, de tal maneira que se promova uma definição de um problema específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o tema descrito” (Entman, 1993, p. 52). O autor entende que o enquadramento midiático é composto por quatro elementos: definição do problema – dando conta dos primeiros aspectos relacionados ao agente; interpretação causal – as impressões e apresentações primeiras de quem recebe a causa do agente; avaliação moral – os efeitos e os impactos da ação dos agentes iniciais; e recomendação de tratamento – justificativas e caminhos para resolução dos problemas.

Nessa seara, a pesquisa mais ampla se detém no corpus em dois movimentos distintos, mas relacionados: as *fake news* elas mesmas (foco deste artigo) e os modos de análise das agências. Isso quer dizer que neste texto buscaremos respostas para saber qual data foi propagada a mentira, qual assunto ela aborda, de onde ela vem e qual formato midiático utiliza – aspectos relacionados à definição. Posteriormente, focamos no trabalho da agência mais detidamente, avaliando: as etiquetas escolhidas e a apresentação da mentira (interpretação); as fontes utilizadas e como foram acessadas para desmentir a (des)informação, além de como chegaram à mentira (avaliação); e, por fim, a estrutura da narrativa, os recursos midiáticos para a checagem e associação com outra checagem similar (recomendação). Neste artigo, frise-se, trabalhamos com aspectos ligados à definição (frequência e temática) e à interpretação (etiqueta).

## 2 Fake news e povos indígenas na cultura digital

Com a adequação das redes sociais digitais à vida cotidiana, o espalhamento da informação acontece de forma impulsionada/paga ou espontânea/gratuita – a despeito de toda uma discussão acerca do uso de algoritmos para manutenção do público/consumidor na plataforma. Esses artefatos conectados em mobilidade, funcionando por redes digitais e sem fio, além de capturar as informações, permitem a sua publicação em tempo real e em ambientes de circulação ampla, em um modelo que Zago (2010, 2011) propõe como



de (re)circulação do conteúdo jornalístico, considerando o uso dessas mídias para além do consumo tradicional da informação.

Esse panorama tem favorecido não apenas a propagação de conteúdos propositivos, ao contrário, desde a segunda metade da década de 2010, quando se intensificam também as inserções nas redes sociais digitais, observamos um processo desenvolvido e estruturado de desinformação através do espalhamento de informações falsas nas mídias digitais. Como o fluxo comunicacional atinge proporções distintas dos tradicionais meios de comunicação de massa, sendo, agora, mais amplo e heterogêneo, além de incluir aplicativos de mensagens privadas, como o WhatsApp.

A desinformação é um problema investigado cientificamente ainda no início dos anos de 2010, sobretudo por poluir e minar a democracia com informações falsas, que já eram amplamente aceitas, facilmente disseminadas e difíceis de serem corrigidas (Nyhan; Reifler, 2012). Mesmo assim, é fato que o termo *fake news* vem sendo questionado cientificamente na medida em que as notícias (news) trazem consigo a suposição, ou ao menos busca e intenção, da verdade (não podendo, portanto, ser fake). Conforme ressalta Silva (2019), a busca pela verdade e pela objetividade é uma ideia basilar da qualidade da informação e uma a primeira lealdade do jornalista, apesar da dificuldade de se alcançar e circunscrever esses conceitos e de o conteúdo profissional poder conter erros; ainda assim, enquanto concepção, a busca pelo fato faria o jornalista e o veículo corrigirem essa informação errônea.

Aqui, não se trata, evidentemente, de negar que em períodos anteriores, sobretudo de disputas de poder, como guerras e campanhas políticas, não fosse comum a propagação de informações falsas com vistas à desinformação de maneira deliberada e planejada; tampouco discordar que esses tempos problemáticos, de tumulto social, facilitam a crença nas mentiras propagadas. Porém, defendemos que a internet possibilita a criação de um processo de propagação de informações falsas com proporções inéditas porque as mídias digitais facilitam a produção, barateiam a publicação, permitem uma maior edição e manipulação, aumentam o fluxo e automatizam a divulgação.

A propagação midiática dos conteúdos digitais, especialmente a partir da lógica de uma cultura da conexão (Jenkins, 2014), é intensificada pelas possibilidades de interação e engajamento dos consumidores na internet, sobretudo desde os anos 2000 com o desenvolvimento das redes sociais digitais (Recuero, 2009). Diante de uma quantidade cada vez mais expressiva de dispositivos digitais portáteis, fáceis de manusear e com

preços acessíveis, a produção e a circulação de conteúdos (em seus mais variados formatos) têm sido potencializadas. Com a adequação dessas redes sociais à vida cotidiana, o espalhamento da informação acontece de forma espontânea ou impulsionada, mas sempre constante. Esse tipo de democratização da informação, se assim podemos chamar, diminui a exclusividade, não o predomínio, que as empresas midiáticas têm no processo comunicacional.

As *fake news* são, portanto, um fenômeno contemporâneo de manipulação de informação falsa apresentada como real e verossímil, dentro da lógica de espalhamento midiático visando à desinformação, através dos meios digitais, em especial as redes sociais, podendo ou não mimetizar a estrutura e o formato jornalístico. Esse mimetismo, quando existe, serve para confundir quem recebe essas informações falsas e dar uma maior credibilidade àquele conteúdo (Meneses, 2018; Tandoc Jr.; Lim; Ling, 2017), facilitando a desinformação e sua propagação. Schudson e Zelizer (2017) também reconhecem essa distinção causada pelas mídias digitais.

Esse processo de divulgação de informações falsas faz parte de um heterogêneo ecossistema de desinformação, ou desordem informacional, segmentado em uma tripartite, que podemos traduzir a partir de três diferentes expressões em inglês, como: erro, engano ou incorreto (*misinformation*); fraude ou mentira (*disinformation*); descontextualização ou enviesamento (*malinformation*) (Derakhshan; Wardle, 2017; Meneses, 2018; Cazetta; Reis, 2019; Gruszynski et al., 2020; Santos; Maurer, 2020; Wang, 2020). Embora os dois primeiros tratem realmente da publicação de informações falsas, na *misinformation*, não há intenção do propagador em prejudicar outrem. Já a *malinformation* compreende a disseminação de informações verdadeiras, mas enviesadas ou descontextualizadas, causando, portanto, desinformação. Isto é, embora sejam fatos, existe uma intenção negativa. A *disinformation* por sua vez, transmite mentiras com objetivo de confundir. A desordem informacional, em nossa perspectiva, compreende todo esse complexo universo de informações que são falsas em alguma medida, seja por erro, por completa falsidade ou por enviesamento; embora seja necessário reconhecer a não intencionalidade no primeiro caso como um aspecto, por exemplo, do caráter institucional do jornalismo.

No caso brasileiro, antes mesmo de se eleger presidente, Jair Bolsonaro já apresentava mentiras sobre os povos indígenas, como o Yanomami, que vivenciou uma crise humanitária no final do seu governo, com morte em massa por causa da fome e do



deslocamento forçado. O silenciamento dos povos originários – alinhado às possíveis mentiras propagadas e que pretendemos investigar a partir das checagens da agência Lupa – durante o seu governo era tão evidentemente programada que o Ministério da Saúde decretou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) imediatamente 20 dias após Bolsonaro deixar o cargo, conforme Portaria GM/MS Nº 28, de 20 de janeiro de 2023. Isso é perceptível porque, como mais bem delineado posteriormente, das 36 avaliações realizadas de 2018 até 2023, 14 são de 2023, havendo maior dedicação às mentiras sobre a população indígena e ultrapassando a quantidade dos 3 anos anteriores somados, quando o foco das agências estava na desinformação sobre a pandemia da covid-19.

Em 2021, no auge da pandemia e da infodemia da covid-19 (Martins; Teixeira, 2023; Teixeira; Martins, 2020), indígenas de diversas etnias, de São Paulo ao Pará, tiveram receio da vacina contra o novo coronavírus, em virtude não apenas do seu modo de vida, mas também do processo de desinformação empregado em torno do tema (Cruz; Barbosa, 2021). Em algumas localidades, a negativa ocasionou até no retorno de vacinas, que foram destinadas para outras camadas populacionais consideradas prioritárias na época.

Para tentar combater esse efeito nocivo da desinformação em suas comunidades, grupos indígenas ensinam como perceber que essas informações são mentirosas. Um deles é formado por jovens jornalistas indígenas, que resolveram agir quando pessoas da sua comunidade não se vacinaram por acreditar que a vacina continha dose de serpente e que os tornaria Satanás (Mansani, 2022). Eles começaram a difundir checagens pessoalmente e via WhatsApp. Outros coletivos, também por causa da dificuldade de vacinação, optaram por ações como podcasts e oficinas (Borges; Gomes; Maia, 2022), enquanto outros focam na divulgação das suas histórias e tradições em redes sociais, exatamente para contrariar as mentiras (Macário, 2023). O WhatsApp, em todos os casos citados, foi a ferramenta onde mais circulou *fake news*.

O mais corriqueiro, no entanto, não é somente as informações falsas chegarem e afetarem diretamente os indígenas, no sentido de eles acreditarem nelas, mas no fato de eles serem alvos da desinformação. Em 2022, grupos favoráveis ao então presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, espalharam mentiras sobre as terras indígenas no Rio Grande do Sul (Marko; Neves; Reinholz, 2022). As *fake news* focaram no aumento

da demarcação de territórios e na desapropriação de casas e terras ocupadas em favor dos povos originários, caso o então candidato Lula se tornasse presidente.

No primeiro mês de 2023, início do terceiro mandato do presidente Lula, o Ministério da Justiça e Segurança Pública precisou desmentir que a população Yanomami, que sofria pela ação de garimpeiros ilegais e ausência de políticas públicas do governo anterior, não tinha relação com as comunidades indígenas venezuelanas que chegaram ao Brasil como refugiadas (MJSP, 2023). O deputado federal Luiz Ovando, do Mato Grosso do Sul, chegou a afirmar que esses indígenas brasileiros eram, na verdade, venezuelanos (Moreira, 2023; Soares, 2023). E foi apenas com o fim do período do governo de Jair Bolsonaro que o povo Yanomami foi considerado em crise humanitária, devido às situações de extrema desnutrição que se encontravam.

Já mais próximo do final de 2023, o Ministério Público Federal do Pará pediu o afastamento do prefeito do município de São Félix do Xingu, João Cléber, por espalhar mentiras de que estava parada uma operação para retirar invasores de uma terra indígena e que os intrusos receberam indenização, por estarem no local desde os anos 2000 (Madeiro, 2023). As duas informações não eram verdadeiras, e o prefeito ainda foi acusado de contribuir com a ocupação ilegal.

### **3 Informações (falsas) sobre indígenas na Lupa**

Embora os consumidores desejem saber se a informação é ou não verdadeira, a maioria das agências, como a Lupa, complexifica a apresentação dessas avaliações, com etiquetas que nem sempre asseguram a completa veracidade ou falsidade do conteúdo. Por isso, a agência se propõe a classificar os conteúdos em sete categorias – até novembro de 2023 eram nove, quando foram excluídas: “De olho”, “Ainda é cedo” e “Verdadeiro, mas...” (presente em nosso corpus), e foi adicionada “Falta contexto”.





**Tabela 1:** Etiquetas de checagem utilizadas na agência Lupa.

<b>Verdadeiro</b>	A informação está comprovadamente correta.
<b>Falso</b>	A informação está comprovadamente incorreta.
<b>Falta contexto</b>	A informação exige um detalhamento para contextualizá-la.
<b>Exagerado</b>	A informação traz dados inflados ou é uma afirmação superdimensionada.
<b>Subestimado</b>	A informação traz dados minimizados ou é uma afirmação subdimensionada.
<b>Contraditório</b>	A informação contradiz outra difundida pela mesma fonte antes.
<b>Subestimado</b>	Não há dados públicos que comprovem a informação.

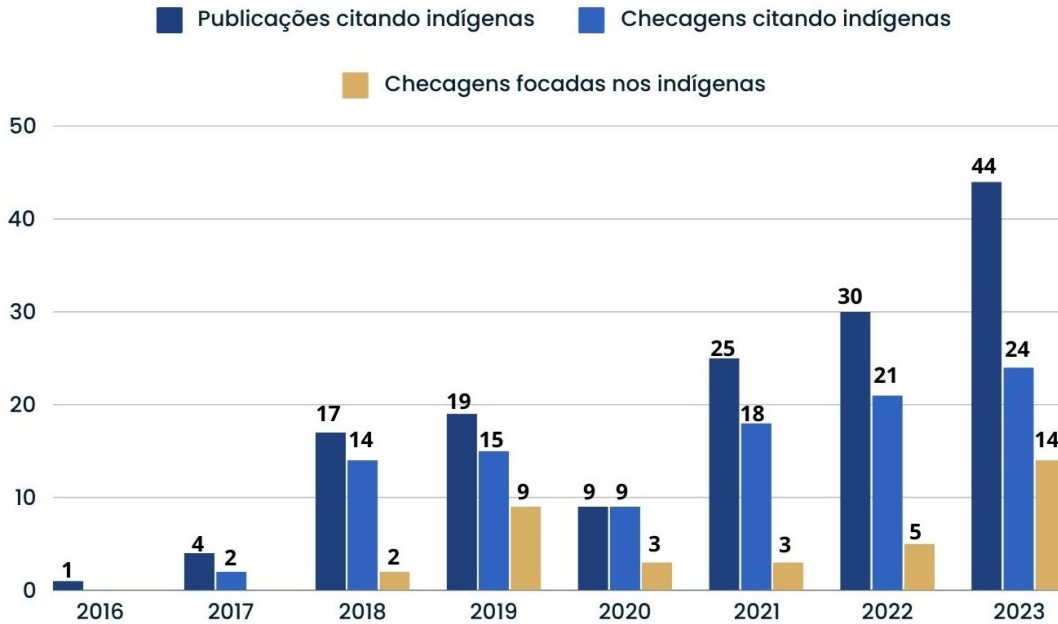
Fonte: Site da Lupa.

A Lupa, desde sua criação em 2015, realizou mais publicações sobre os povos originários a partir da chegada da extrema-direita ao poder, em 2018. De 2016 até 2023, foram 149 materiais contendo os termos “indígena” e “indígenas”, com o pico de publicações em 2023, somando 44. Ainda assim, das 149 publicações, 103 são checagens de fato, possuindo etiquetas de avaliação, com as outras 46 compostas por podcasts, entrevistas, reportagens, textos de opinião, de comparação ou de balanço interno. Dessas 46 produções gerais, apenas 10 tratam diretamente das questões relacionadas aos indígenas, 2 em 2019, 1 em 2021 e 7 em 2023, após a chegada do presidente Lula à presidência do Brasil e à criação do Ministério dos Povos Indígenas. As outras 36 publicações têm somente uma rápida citação às duas palavras explicitadas, mas não tratam diretamente dos povos originários.

Em relação às 103 checagens, apenas 36 compõem nosso corpus de análise, pois se voltam diretamente para a população indígena, enquanto as outras 67 só citam as duas palavras-chaves da nossa busca. A partir do Gráfico 1, é possível perceber que em 2020, primeiro ano da pandemia, houve uma diminuição de quase 70% das checagens sobre o assunto, em relação ao ano anterior, quando a covid-19 não se fazia presente no mundo. E a quantidade de 2019 só foi superada em 2023, ano da posse do presidente Lula, da criação do Ministério dos Povos Indígenas e da determinação do fim da pandemia da covid-19 pela Organização Mundial da Saúde, temática que chegou a ocupar até mais da metade das checagens nas agências. Isso demonstra como a questão indígena vem se

tornando novamente mais evidente, tanto para as agências digitais de checagem de fatos, como a Lupa, quanto para os propagadores de *fake news*.

**Gráfico 1:** Frequências das informações e checagens sobre os indígenas na Lupa.



Fonte: Elaboração própria.

Como explicado, a primeira busca realizada foi a partir dos termos “indígena” e “indígenas”, por isso, algumas *fake news* não os tinham como foco da desinformação, como o caso de um show do músico Nando Reis que foi editado para parecer que a plateia gritava “mito”, em apoio ao então presidente Jair Bolsonaro, em 2022. No vídeo original, a plateia via o político após a fala de uma liderança indígena, no entanto, essa pessoa não aparece na *fake news*, pois não era o foco. Ainda em 2022, outras duas mentiras diziam que houve fraude na eleição porque uma seção com quase 400 pessoas não registrou nenhum voto em Jair Bolsonaro; mas é apenas na checagem – não na mentira – que a palavra indígena é citada, pois a seção fica em uma aldeia, onde é comum uma convergência maior de votos. Aqui, importa perceber que a desinformação não era sobre a seção dentro do território indígena, pois é impossível saber disso só com a propagação da *fake news*, uma vez que não aparece nenhuma ligação.

Outras checagens avaliam falas longas de algum político, como: a entrevista para a Central das Eleições, da Globonews, do então candidato à vice-presidência, o militar Hamilton Mourão, em 2018; Jair Bolsonaro, em entrevista para José Luiz Datena, enquanto presidente em 2018, e em fala à ONU, como mandatário da república, em



2019; o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 2019; o debate na TV Globo entre os candidatos ao governo de São Paulo em 2022, Tarcísio e Haddad; a entrevista do então recém-empossado na presidência, Lula, para a GloboNews, em 2023. Esses e outros casos afins têm em comum a citação de dados rápidos sobre a população indígena, mas fora do que tinha de principal das suas falas; desta maneira, essas checagens não foram consideradas no corpus, diferentemente, por exemplo, das avaliações das falas dos senadores na CPI da covid-19, em que as questões indígenas apareceram com frequência no discurso checado, mesmo que também com dados verídicos – algo comum nas avaliações de falas longas.

Assim como nas checagens, as outras publicações também não focam sempre nos indígenas, por vezes, eles eram apenas citados em contextos mais amplos, como em reportagens e textos de opinião sobre trajetória de Bolsonaro, posse de Lula, erros no IBGE, entre outros. Das 46 publicações que não eram checagens, 10 se relacionam diretamente com os povos originários. Das quais somente três não citam as *fake news*: (1) projetos de Lei no Congresso Nacional, sobre a exploração das terras indígenas (PL 191/2020) e a demarcação territorial (PL 490/2007); (2) Ailton Krenak, liderança indígena que abordou sobre negacionismo e desinformação ambiental; (3) e marco temporal, com diversos links e tópicos explicando o assunto.

Já as outras sete associam as comunidades indígenas à desinformação. Em 2019, dois episódios do podcast da Lupa abordaram as mentiras acerca da demarcação de terras indígenas e de um possível câncer do líder indígena cacique Raoni. Outros cinco textos, todos de 2023, focam especificamente nas mentiras contadas sobre população originária, como: (1) desinformação sobre a desnutrição e crise humanitária do povo Yanomami, como se fossem venezuelanos, logo, eximindo Jair Bolsonaro da responsabilidade; (2) apoio dos indígenas no combate à desinformação, com participação da primeira ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara; (3) descontextualização pela extrema-direita de ironias e sátiras dos próprios indígenas, como se tivessem mordomia com dinheiro público e fossem incivilizados e involuídos; (4) compilação de 12 *fake news* desmentidas pela Lupa, de 2019 a 2023; (5) discursos de ódio que resultaram em violência e até extermínio de indígenas por causa de desinformação.

Desta forma, podemos dizer que a agência Lupa avaliou, de 2018 até 2023, 36 checagens de informações focadas nos povos originários, das quais 33 (92%) apresentam

a etiqueta “Falso”, e, destas, seis compartilham outras etiquetas, porque existem mais informações que foram avaliadas, inclusive, “Verdadeiro” e “Verdadeiro, mas...”. As únicas 3 (8%) análises que não contêm a etiqueta falsa são colocadas como “Verdadeiro, mas...”, embora contribuam no processo mais amplo da desordem informacional. Elas abordam: (1) o elogio em 1998 de Jair Bolsonaro aos militares estadunidenses por dizimarem os indígenas e não terem problemas com demarcação de terras (2018); (2) a morte de um cacique após tomar a vacina, ainda que sua parada cardíaca não tenha relação com a dose (2021); (3) um vídeo de 2021 de uma manifestação indígena que foi descontextualizado para parecer um protesto contra a vitória de Lula sobre Bolsonaro na eleição presidencial de 2022 (2022).

No primeiro caso, o conteúdo que circulou não informava o ano em que o político havia feito a afirmação e ocultava que ele disse não defender que o mesmo tivesse acontecido com os indígenas brasileiros, mas a declaração era verdadeira. A situação seguinte apontava que o cacique morreu ao tomar a CoronaVac, estabelecendo uma relação de causa e efeito que não era verídica. O último caso também mentia ao insinuar que a manifestação era contra a vitória do presidente Lula, considerado como favorito para votos pela maioria da população indígena.

No caso da definição dos assuntos das *fake news*, eles foram realizados após uma primeira leitura completa do corpus selecionado, desta forma, nas 36 checagens, identificamos um total de 9 categorias (ver Tabela 1). A escolha foi por indicar todas as temáticas atacadas pela desinformação que foi avaliada pela Lupa, fazendo com que as categorias não fossem mutuamente excludentes. Essa escolha permitiu que só 3 mentiras ficassem em só um assunto, Ideologia, já demonstrando uma politização que ficará mais explícita posteriormente. Dessas 3, 2 são vídeos de manifestações indígenas descontextualizadas, como se apoiassem o então presidente da república, Jair Bolsonaro (2021), e se opusessem à recente vitória do então candidato à presidência, Lula (2022). A terceira *fake news* que possui um foco ideológico se trata da edição do áudio de um vídeo em que o então presidente Lula seria vaiado ao lado de indígenas (2023); porém, na verdade, ele era saudado.

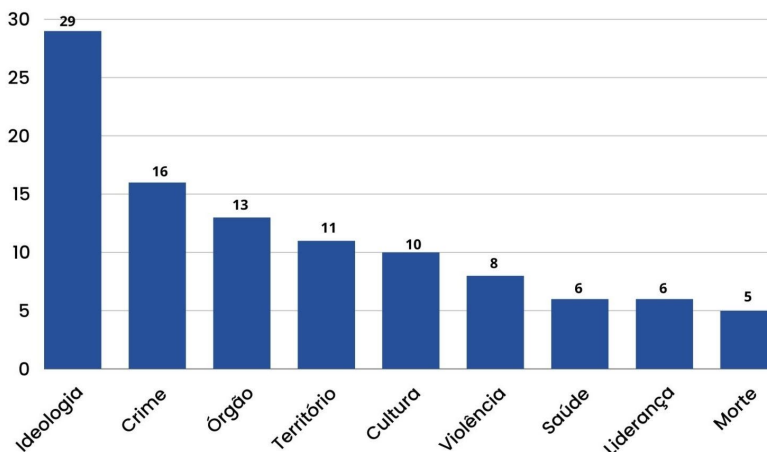
**Tabela 2:** Categorias temáticas encontradas nas checagens da Lupa sobre os povos tradicionais.

ASSUNTOS	DESCRIÇÃO
<b>Crime</b>	Crime cometido pelos povos originários ou contra eles, como queimar terras e desviar dinheiro
<b>Cultura</b>	Modo de vida da população indígena, como uso de tecnologias atuais e equipamentos de alto valor ou expressões culturais consideradas exóticas, de comida, língua e vestimenta aos rituais
<b>Ideologia</b>	Associação com políticos ou manifestações, movimentos e reivindicações
<b>Liderança</b>	Figuras públicas proeminentes indígenas de dentro ou fora da aldeia, de caciques a influenciadores digitais
<b>Morte</b>	Morte de indígenas ou vítimas deles, de genocídio a casos específicos
<b>Órgão</b>	Ligação com entidades privadas ou públicas, de Funai e Ibama a ONGs
<b>Saúde</b>	Doenças e tratamento de saúde dos povos tradicionais
<b>Território</b>	Reservas, terras e territórios indígenas
<b>Violência</b>	Agressão física contra ou partindo da população indígena, de ações policiais a confrontos com garimpeiros, grileiros e fazendeiros

Fonte: Elaboração própria.

A Ideologia é o assunto que mais permeia as mentiras sobre os povos originários, a partir do que foi avaliado pela Lupa (Gráfico 2). Das 36 checagens, 29 (81%) enfatizam a temática, que se sobressai também na associação com todas as outras, tratando de questões como manifestações indígenas em Brasília, mas principalmente a partir de fala de políticos e apoiadores da extrema-direita no país, ao atacar “esquerdistas” (expressão usada por eles), do presidente Lula até seus ministros e demais apoiadores. Mas uma das maiores correlações de Ideologia é com Violência, de 88% (7 de 8), percentual menor apenas do que esta categoria com Crime (100%), ao citar as ações policiais e os confrontos nas terras indígenas (TI) com garimpeiros, grileiros e fazendeiros, inclusive, com incêndios criminosos. Embora toda Violência citada se associe ao Crime, o inverso não acontece, pois existiram falsas denúncias de falsidade ideológica (indígena) que não se enquadram na categoria sobre agressão física.

**Gráfico 2:** Temáticas das checagens na Lupa sobre os povos indígenas.



Fonte: Elaboração própria.

Os outros dois assuntos com maior representatividade são Crime e Órgão, respectivamente, em 42% e 36% das checagens. As duas temáticas compartilham 9 e 10 mentiras com Ideologia, demonstrando que as informações falsas sobre ilegalidades perpetradas ou vivenciadas pelos povos originários e sobre as ações de entidades públicas e privados ligadas a eles – como Funai, Ibama e ONGs de proteção ambiental – possuem um caráter ideológico e até partidário, em uma correlação de 56% (Crime, 9 de 16) e de 77% (Órgão, 10 de 13). Nas *fake news* relacionadas à Cultura indígena, a ligação com a politização também chega a 70% (7 de 10), sobretudo com políticos e apoiadores de Bolsonaro diminuindo, ironizando e questionando o modo de vida e, portanto, a própria identidade dos povos tradicionais. Esse aspecto cultural se relaciona ainda à Crime – como se indígenas se apropriassem indevidamente de recursos econômicos para obter uma vida com tecnologias e equipamentos, algo supostamente não condizente com quem são – e à Liderança – diminuindo a representação e até questionando a identidade de pessoas proeminentes da comunidade; cada uma com 5 de 10 (50%) das mentiras sobre Cultura, ou seja, metade delas.

As 11 mentiras sobre as reservas e terras indígenas (TI) possuem ligação com outros três assuntos: 5 com Órgão (45% de correlação), 4 com Crime (36%), além dos 10 de Ideologia (91%). Neste caso, o alto índice de associação se deve, principalmente, às *fake news* sobre o debate acerca da demarcação das TI pelo Projeto Lei do marco temporal (PL 490/2007). Já a relação com Órgão aparece por causa das supostas ações da Funai e com Crime pelas falsas invasões e conflitos com fazendeiros e garimpeiros.

As 6 mentiras sobre Saúde envolvem a pandemia da covid-19 ou a desnutrição do povo Yanomami, com 5 (83%) tendo ligação com Ideologia, principalmente para defender o ex-presidente Bolsonaro e acusar o então presidente Lula no caso da crise humanitária em Roraima. Liderança, envolvendo caciques, influenciadores digitais e ativistas indígenas, também está em 6 checagens, com 5 mentiras ligadas à Cultura, 4 ao Crime e 3 à Ideologia, ao relacionar-se com falsidade ideológica e desvio de dinheiro, além da expressão cultural do que é ser indígena e pertencer a esse grupo, envolvendo criadores de conteúdos digitais, cacique Raoni e Sônia Guajajara, ministra no governo Lula. Por fim, as 5 informações falsas em Morte falam do genocídio e massacre sofridos pelos povos originários – como a crise humanitária dos Yanomamis e assassinatos em conflitos de terras e manifestações –, além de mortes em decorrência da covid-19, com 4 (80%) possuindo relação com Ideologia por sair de falas de políticos ou pela tentativa de culpar, falsamente, Bolsonaro e Lula por homicídios.

## 5 Conclusão

Com o objetivo de entender as informações falsas que circulam sobre os povos originários brasileiros, nosso estudo focou nas avaliações das *fake news* realizadas pela agência digital de checagem Lupa desde sua criação, em 2015. De 2018 até 2023, foram encontradas 36 checagens com foco nas questões relacionadas aos povos originários, embora 33 (92%) abordem informações falsas e 9 (25%) tragam etiquetas como “Verdadeiro” e/ou “Verdadeiro, mas...”, demonstrando que os criadores e propagadores da desinformação se valem também da estratégia de mesclar mentiras e fatos em uma mesma informação. Isso deve acontecer porque é mais fácil enganar as pessoas quando existem partes verídicas nos conteúdos fraudulentos; ainda assim, as únicas três checagens que não usam a etiqueta “Falso” contribuem para a desinformação, por omitir informações, descontextualizar com mentira e criar causa e efeito inexistente.

A Lupa começou a realizar mais produções sobre os indígenas desde a iminência da eleição do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, com checagens e publicações a partir do que ele e seus apoiadores falavam. Entretanto, fica patente que hoje existe uma maior atenção aos povos originários do que anteriormente, quando comparamos a frequência de publicações e checagens do período de 2016-2022 com as de apenas um ano do governo do presidente Lula, em 2023. A ausência de políticas públicas no governo



Bolsonaro, que quase resultou no genocídio e extermínio do povo Yanomami, pode ser percebida no foco dado às informações e às checagens acerca dos povos originários, uma vez que somente um ano (2023) do governo Lula equivale aos 3 últimos da gestão anterior (2020, 2021 e 2022). Ou seja, mesmo que a fala de políticos e apoiadores de extrema-direita tenha trazido o assunto e as mentiras sobre os povos indígenas para os olhos da Lupa, esse movimento se fortalece com o atual governo, ao criar o Ministério dos Povos Indígenas e amplificar a atenção em torno dessa população.

O maior silenciamento naqueles três anos citados pode ter acontecido ainda em virtude da pandemia da covid-19, que praticamente monopolizou a temática nas agências digitais de checagem, e também possui um viés político-partidário (Martins; Teixeira, 2023; Teixeira; Martins, 2022). O que não dá para negar é que as checagens da Lupa sobre as mentiras relacionadas aos povos indígenas brasileiros revelam uma politização do assunto, com alto índice de envolvimento de políticos e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, processo também observado em relação às *fake news* sobre a covid-19. Das 36 *fake news*, 24 (67%) beneficiam a extrema-direita, ou porque saíram da fala de algum político desse espectro ideológico ou porque é um ataque mentiroso a figuras proeminentes da esquerda, como o presidente Lula e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, ou mesmo ao que denominam de “esquerdistas”.

Por outro lado, 4 partiriam de pessoas e grupos da esquerda – embora alguns poderiam preferir a afirmação de que são de fora da extrema-direita, pois pode ter vindo não necessariamente de grupos daquele espectro político; porém, preferimos a precisão de colocá-los à esquerda, tendo em vista a polarização entre as duas principais figuras político-partidárias, Lula e Bolsonaro. Essas mentiras seriam um ataque falso a figuras da extrema-direita, como o ex-presidente Jair Bolsonaro e a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e atual senadora, Damares Alves. Essas 4 mentiras são de dezembro de 2018 (1) e 2019 (3), eleição e primeiro ano do mandato de Bolsonaro.

Essa politização da desinformação em torno dos indígenas também acontece de forma menos direta, quando existem ataques, por exemplo, à vacinação da covid-19 que teria supostamente matado um cacique e aos indígenas em desnutrição, que, segundo a mentira, não seriam Yanomamis, mas venezuelanos que vieram para o Brasil. De modo contextual, sabe-se que esses dois movimentos eram coordenados por pessoas da extrema-direita e apoiadoras do ex-presidente Jair Bolsonaro, mesmo que nem sempre o citassem ou atacassem políticos de esquerda.





## Referências

BORGES, Bruna; GOMES, Lucas; MAIA, Flávia. O combate às *fake news* nas aldeias. **Jota**, publicado em 29 out. 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/especiais/o-combate-as-fake-news-nas-aldeias-29102022/amp>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CAZETTA, Jhonny; REIS, Ana. As fontes dos serviços de fact-checking luso-brasileiros. **Comunicação Pública**, v.14, n. 27, p. 1-18, 2019.

CRUZ, Maria; BARBOSA, Bruna. “Tiveram medo da vacina”. Cultura indígena bate de frente com orientações de combate à covid e notícias falsas sobre imunizantes. **UOL**, publicado em jun. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/desigualdade-na-pandemia---acesso-a-informacao/#cover>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DEMURU, Paolo; FECHINE, Yvana; RODRIGUES, Cecília. Desinformação como camuflagem: modos de produção da verdade no WhatsApp durante a pandemia. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 30., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PUC-SP, 2021. p. 1-22.

DERAKHSHAN, Hossein; WARDLE, Claire. Information disorder: definitions. In: **Understanding and Addressing the Disinformation Ecosystem**. Pensilvânia: Annenberg School for Communication, p. 5-12, 2017.

EICHLER, Vivian; KALSING, Janaína; GRUSZYNSKI, Ana. O ethos do jornal O Globo e a campanha contra as *fake news*. **Media & Jornalismo**, Universidade de Coimbra, v. 18, n. 32, p. 139-154, 2018.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FERNANDES, Carla; OLIVEIRA; Luiz; GOMES, Vinícius. Tensionamentos entre campos sociais: as *fake news* e a reconfiguração do campo comunicacional e político na era da pós-verdade. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. PUC-RS, Porto Alegre, 11 a 14 de junho de 2019.

GRUSZYNSKI, Ana; KALSING, Janaína; HOEWELL, Gabriel; BRANDÃO, Carolina. Fact-checking e saúde: análise da seção ‘Verdade ou Boato’ de GaúchaZH. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Informação em Saúde (RECIIS)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 51-71, 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

MACÁRIO, Carol. ‘Índio de iphone’ e ‘borracha nessa corja’: discurso de ódio e fakes escancaram violência contra indígenas em SC. **Lupa**, publicado em 17 nov. 2023. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/11/17/indio-de-iphone-e->



[borracha-nessa-corja-discurso-de-odio-e-fakes-escancaram-violencia-contra-indigenas-em-sc](#). Acesso em: 15 mar. 2024.

MADEIRO, Carlos. MPF pede afastamento de prefeito por *fake news* contra ação em área indígena. **UOL**, publicado em 20 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/10/20/mpf-pede-afastamento-de-prefeito-por-fake-news-contra-operacao-em-ti-no-pa.htm>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MANSANI, Tainã. Jovens jornalistas indígenas combatem *fake news* na Amazônia. **DW Brasil**, publicado em 08 fev. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/jovens-jornalistas-ind%C3%AAdgenas-combatem-fake-news-na-amaz%C3%B4nia/a-60698672?maca=bra-vam-volltext-brasildefato-30219-html-copypaste>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MARKO, Katia; NEVES, Pedro; REINHOLZ, Fabiana. Áudios com *fake news* espalham medo sobre terras indígenas e quilombolas no interior gaúcho. **Brasil de Fato**, publicado em 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/11/audios-com-fake-news-espalham-medo-sobre-terras-indigenas-e-quilombolas-no-interior-gaucha>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MARTINS, Allysson; TEIXEIRA, Juliana. Checagens sobre a covid-19 e enquadramento temático nas agências Fato ou Fake e Lupa. **Contracampo**, v. 42, p. 1-16, 2023.

MENESES, João. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das *fake news*. **Observatório (OBS\*)**. Special Issue, p.-37-53. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/%20obs/article/viewFile/%201376/pdf>. Acesso em: 31 dez. 2018.

MJSP desmente *fake news* sobre indígenas Yanomami. **Gov.br**, Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicado em 27 jan. 2023. Disponível: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-desmente-fake-news-sobre-indigenas-yanomami>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MOREIRA, Rafaela. Fala de deputado bolsonarista de MS sobre indígenas Yanomami repercute nas redes sociais. **G1**, publicado em 25 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/01/25/fala-de-deputado-bolsonarista-de-ms-sobre-indigenas-yanomami-repercute-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2024.

NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **Misinformation and fact-checking**: research findings from Social Science. Washington, D.C.: New America Foundation, 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROXO, Marco; MELO, Seane. Hiperjornalismo: uma visada sobre *fake news* a partir da autoridade jornalística. **Famecos**. Porto Alegre, v. 25, n. 3, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.



- SANTOS, Lucas. *Fake news e fact-checking: as movimentações no campo comunicacional vistas a partir da mídiatização da sociedade e da objetividade jornalística*. In: ENCONTRO DA SBPJOR. 17., 2019, Goiânia. **Anais [...]**. UFG, Goiânia, nov/2019.
- SANTOS, Carlos; MAURER, Camila. Potencialidades fact-checking no combate à desinformação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 23, p. 1-14, 2020.
- SCHUDSON, Michael; ZELIZER, Barbie. *Fake news in Context*. In: **Understanding and Addressing the Disinformation Ecosystem**. Pensilvânia: Annenberg School for Communication, 2017, pp.1-4.
- SILVA, Andreia. Porque é que as *fake news* se transformaram em protagonistas do jornalismo contemporâneo? **Comunicação Pública [Online]**, v.14, n. 26, 2019. Posto online no dia 28 junho 2019, consultado 02 outubro 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cp/4139>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- SILVA, Marco; MELO, Seane. *Fake news: fronteiras do jornalismo e circulação de (des)informação sobre saúde*. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Informação em Saúde (RECIIS)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-5, 2020.
- SOARES, Matheus. Povo Yanomami é vítima de, pelo menos, duas campanhas de desinformação. **Desinformante**, publicado em 15 fev. 2023. Disponível em: <https://desinformante.com.br/yanomamis-desinformacao/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- SOARES, Murilo. Análise de enquadramento. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 450-465. Apêndice à versão on-line. Disponível em: [http://www.editoraatlas.com.br/Atlas/webapp/detalhes\\_produto.aspx?prd\\_des\\_ean13=9788522445332&material=1](http://www.editoraatlas.com.br/Atlas/webapp/detalhes_produto.aspx?prd_des_ean13=9788522445332&material=1). Acesso: 24 jun.2012.
- SPINELLI, Egle; SANTOS, Jéssica. Jornalismo na era da pós-verdade- fact-checking como ferramenta de combate às *fake news*. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 3, p. 759-782, 2018.
- TANDOC JR., Edson; LIM, Zheng; LING, Richard. Defining “*Fake news*”: a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**. Reino Unido: Routledge, v. 6, n. 2, p. 137–153, 2017.
- TEIXEIRA, Adriana; COSTA, Rogério. *Fake news* colocam a vida em risco: a polêmica da campanha de vacinação contra a febre amarela no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Informação em Saúde (RECIIS)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 72-89, 2020.
- TEIXEIRA, Juliana; MARTINS, Allysson. Fact-checking no combate às *fake news* sobre a COVID-19: um estudo exploratório das agências digitais de checagem de fatos contra a desinformação da pandemia. **Comunicação & Inovação**, v. 21, p. 63-81, 2020.

TEIXEIRA, Juliana; MARTINS, Allysson. Origem e formato das fakes news sobre a COVID-19 nas agências digitais de checagem Fato ou Fake ou Lupa. In: CONGRESSO DA INTERCOM, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2022. p. 1-15.

WANG, Chih-Chien. *Fake news* and related concepts: definitions and recent research development. **Contemporary Management Research**, v. 16, n. 3, p. 145-174, 2020.

ZAGO, Gabriela. Circulação jornalística no Twitter: apontamentos para discussão. In: ENCONTRO DA SBPJOR. 7., 2010, São Luis. **Anais [...]**. São Luís: SBPJOR, 2010, p. 1-14.

ZAGO, Gabriela. Recirculação jornalística no Twitter: motivações dos interagentes para filtrar e comentar notícias. In: **Anais do I Confibercom**, São Paulo, 2011, p.1-16.

---

<sup>i</sup> Professor do Mestrado em Comunicação e coordenador do MíDI - Laboratório de Mídias Digitais e Internet na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-Doutorando em Comunicação pela UFC. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA.

